



Semiótica discursiva e comunicação: questões sobre linguagem, texto e interação

Conrado Moreira Mendes*

Resumo: No presente artigo, articulam-se os campos da semiótica discursiva e da comunicação em torno dos conceitos de *linguagem*, *texto* e *interação*. Para tanto, em primeiro lugar, aborda-se o papel da *linguagem* como principal ponto de interseção entre essas duas áreas. Posteriormente, considera-se a constituição do viés comunicacional, graças ao qual se constrói o objeto desse campo para, em seguida, localizar o papel da semiótica como dinâmica da comunicação, sob a perspectiva dessa última. Logo depois, inverte-se essa lógica e se concebe uma noção semiotizada de comunicação (como processo, práxis), segundo a qual, o *texto* é muito mais que um objeto de onde se depreende a significação; pelo *texto*, para além da significação *stricto sensu*, depreende-se o simulacro de todos os elementos do processo comunicativo. Finalmente, aborda-se a relação entre comunicação e semiótica a partir do conceito de *interação*, considerando-se a especificidade de como cada campo encara tal conceito, para, então, apresentar os quatro regimes de interação e sentido concebidos pela sociossemiótica de Eric Landowski: a *programação*, a *manipulação*, o *ajustamento* e o *acidente*, os quais constituem uma sintaxe geral da interação.

Palavras-chave: Semiótica discursiva; Comunicação; Linguagem; Texto; Interação.

Considerações iniciais

Em Mendes (2010)¹, procuramos tecer uma relação entre o campo de estudos da comunicação e o campo da semiótica, especificamente a de filiação greimasiana. Na ocasião, procuramos demonstrar que o texto é muito mais que um objeto a partir do qual advém a significação: pelo texto, para além da significação *stricto sensu*, depreende-se o simulacro² de todos os elementos do próprio processo comunicativo. Quase uma década após a publicação do

DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.%Y.148827

* Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte – MG). Endereço para correspondência: { conradomendes@yahoo.com.br }.

¹ O presente artigo é uma versão revista e ampliada de: MENDES, C. M. A Comunicação pela Semiótica. *Vertentes* (UFSJ), v. 36, p. 170-180, 2010.

² Entendemos o termo em sua acepção greimasiana, de duas formas, a partir das quais *simulacro* designa “o tipo de figuras, com o componente modal e temático, por meio das quais os actantes da enunciação se deixam mutuamente apreender, uma vez projetados no quadro do discurso enunciado. [...] O termo simulacro, por outro lado, é utilizado também como sinônimo de modelo, que permite sublinhar explicitamente o caráter não referencial das construções com a ajuda das quais a semiótica se esforça para dar conta dos fenômenos de produção e apreensão do sentido” (LANDOWSKI apud GREIMAS; COURTÉS, 1986, p. 206; tradução nossa).

referido trabalho, e considerando a recente literatura no campo da semiótica, sobretudo a sociosemiótica de Eric Landowski, este texto nasce da necessidade de atualizar questões ali tratadas, principalmente no que diz respeito à temática da *interação*. Assim, mantemos a tese defendida em Mendes (2010), porém, a ela articulamos a noção de *interação*, tão cara aos estudos contemporâneos de comunicação e de sociosemiótica, de modo a retomar o diálogo entre esses dois campos em torno do referido conceito. Nesse sentido, afirma Landowski:

Não por acaso, mas porque tendências gerais da episteme guiam as disciplinas distintas [comunicação e semiótica] em direções comuns, são caminhos que conduzem rumo a um tema em torno do qual as reflexões mais avançadas no âmbito da Semiótica e no campo da Comunicação nos parecem convergir. Esse é o tema da *interação* (LANDOWSKI, 2008, p. 55; grifos do autor).

Para tanto, o presente artigo se estrutura da seguinte maneira: (a) primeiramente, enfatizamos o papel da linguagem como principal ponto de interseção entre os campos da comunicação e da semiótica; (b) em segundo lugar, consideramos a perspectiva própria do campo da comunicação, isto é, o viés comunicacional, graças ao qual se constrói o objeto desse campo; (c) em seguida, localizamos o papel da semiótica como dinâmica da comunicação, sob a perspectiva dessa última; (d) posteriormente, invertemos a lógica do item “c” para indagar, por outro lado, como a semiótica entende a comunicação enquanto processo, isto é, concebemos aí uma noção semiotizada de comunicação; (e) finalmente, atualizamos a discussão empreendida em Mendes (2010), ao abordar a relação entre comunicação e semiótica em torno do conceito de *interação*, demonstrando como cada campo concebe tal conceito e apresentando, por fim, a sintaxe interacional formulada pela sociosemiótica de Landowski (2014).

Assim, a escolha desse trajeto teórico-epistemológico tem por objetivo: (1) evidenciar o simulacro de processo comunicativo implícito nos textos, para além da significação que lhe é inerente; (2) e, num nível de pertinência que não é apenas o dos textos, mas também o das situações, demonstrar que a interação é condição da própria linguagem, da comunicação e das relações intersubjetivas, da qual emana o sentido.

1 A linguagem como ponto de partida

A linguagem, entendida como qualquer sistema semiótico verbal ou não verbal, é o que possibilita o processo comunicativo e, antes disso, é o que permite a categorização da realidade e do pensamento. Trata-se da forma mais primordial de mediação da relação do ser humano com as coisas do mundo, com o outro e consigo mesmo. É, pois, a linguagem que estabelece o principal liame entre os campos da comunicação e o da semiótica – uma vez que o processo comunicativo pressupõe a existência da linguagem –, ainda que cada um desses campos guarde suas especificidades, conforme demonstramos nas seções seguintes. Neste primeiro momento, porém, ressaltamos o papel da linguagem como um processo de mediação anterior a qualquer outro.

Para Saussure (2006), sem os signos seria impossível distinguir ideias de forma clara e constante. O pensamento, para o autor, seria uma “nebulosa” em que nada estaria delimitado: “não existem ideias pré-estabelecidas, e nada é distinto antes ³ do aparecimento da língua”

³Deve-se salientar que esse “antes” não se refere a um cronologia anterior ao aparecimento da língua, ou seja, “no tempo em que não havia língua”, mas pensado como “com a hipotética ausência da língua, não existiriam ideias pré-concebidas”.

(SAUSSURE, 2006, p. 131). Assim, é graças ao signo linguístico, resultado da reunião de um *significante* (imagem acústica) e de um *significado* (conceito), de acordo com a concepção saussuriana, que o pensamento se estrutura como linguagem.

Hjelmslev (2006), linguista dinamarquês considerado o principal continuador da obra de Saussure, sistematiza a ideia de nebulosa saussuriana, chamando o significante de *plano da expressão* e significado de *plano do conteúdo*. Pela proposta de Hjelmslev, plano do conteúdo e plano da expressão se subdividem em *forma* e *substância*. Para tanto, o autor chama de *sentido* (ou *matéria*) o *continuum* não analisável relativo tanto ao conteúdo quanto à expressão. Desse modo, o sentido do conteúdo corresponde à cadeia de pensamento, e o sentido da expressão, à cadeia fônica. A *forma* – tanto a do conteúdo quanto a da expressão –, por sua vez, corresponde às distinções paradigmáticas, no que se refere ao sistema, e às distinções sintagmáticas, no que se refere ao processo. Assim, a forma, ao se projetar sobre o sentido (matéria), dá origem, portanto, à *substância* do conteúdo e da expressão: conceitos e sons, respectivamente. Logo, a substância de ambos (conceitos e sons) só existe em função da forma, isto é, das diferenças constitutivas paradigmáticas e sintagmáticas da expressão e do conteúdo. Por essa razão, a forma incide arbitrariamente sobre o *continuum* (sentido da expressão ou do conteúdo), recortando-o de modo diferente em cada língua/cultura. Dessa maneira, afirma Hjelmslev (2006, p. 61) que: “[...] é em razão da forma do conteúdo e da forma da expressão, e apenas em razão delas, que existem a substância do conteúdo e a substância da expressão, que surgem quando se projeta a forma sobre o sentido, tal como um fio esticado projeta sua sombra sobre uma superfície contínua”. Portanto, esse *continuum*, esse grande “magma”, desforme e dessemantizado, só passa a ser entendido como as coisas do mundo ou o próprio mundo a partir da mediação pela linguagem.

Por essa razão, a linguagem é muito mais que um instrumento de transmissão de informação ou de representação do mundo. A linguagem impõe ao real suas categorias e estruturas e é só por meio delas que o mundo se nos dá a ver. Assim, nunca teremos acesso à essência última do mundo que chamamos de *real*, senão pela linguagem, sempre mediados, imersos, banhados por ela. Como mostra Greimas (1976, p. 11), “o mundo humano se define essencialmente como o mundo da significação. Só pode ser chamado ‘humano’ na medida em que significa alguma coisa”.

Assim, nesta seção, intentamos demonstrar que a linguagem tem a função de categorizar as coisas do mundo e o pensamento; além de ser condição *sine qua non* da comunicação/interação: a comunicação pressupõe a linguagem. Portanto, (1) se o campo da semiótica se volta para o estudo do sentido de todas as formas de linguagens (semióticas-objeto); e (2) se o campo da comunicação – pelo fato de o processo comunicativo se estruturar em linguagem – passa necessariamente pela compreensão da produção simbólica desse processo, podemos afirmar que é o interesse pela linguagem o principal ponto de cruzamento entre esses dois campos. Não obstante tal proximidade, comunicação e semiótica guardam especificidades que serão apresentadas nas seções que seguem.

2 O ponto de vista e o objeto da comunicação

Para que se defina um campo de estudos, uma área do conhecimento, é preciso, *a priori*, que se defina seu objeto. Ao questionar qual é o objeto do campo da comunicação, França (2001) afirma que a primeira resposta que vem à mente são os meios de comunicação. A autora, no entanto, assinala que o fenômeno comunicativo é muito mais abrangente que os

meios de comunicação, de modo que, por exemplo, uma conversa cotidiana, uma sessão de psicanálise ou uma troca de cartas de amor implicam esse fenômeno. Além disso, a ideia de que as teorias da comunicação sejam as detentoras absolutas do estudo dos meios de comunicação e de seus produtos traduz-se em outro problema: tais objetos são passíveis de análise por inúmeros pontos de vista: o sociológico, o político, o psicológico etc. Portanto, se considerarmos os meios de comunicação ou, mais amplamente, a mídia, como “o” objeto da comunicação, estaríamos pautando o ponto de vista pelos “objetos do mundo” (FRANÇA, 2001, p. 4).

Para França (2001), “o processo comunicativo” – ou seja, os processos de produção e circulação de informações – poderia se apresentar como outra possível resposta para a indagação acerca de qual seria o objeto da comunicação. Entretanto, tomar o processo comunicativo como o objeto desse campo ainda traria problemas, pois tal processo não se limita apenas à comunicação (enquanto processo simbólico), mas também ao mundo físico, se pensarmos, por exemplo, nas ondas sonoras; ao mundo biológico, se levarmos em consideração todo nosso trato vocal e aparelho auditivo; ou, ainda, social, uma vez que a troca de mensagens pressupõe a existência de pelo menos dois indivíduos, munidos cada qual de um repertório sociocultural distinto. Seria ainda um recorte muito amplo.

A autora mostra que o problema de se conceber qual é “o” objeto da comunicação acaba esbarrando sempre na empiria, na ontologia, nos objetos do mundo natural: “‘objetos de conhecimento’ não equivalem às coisas do mundo, mas são antes formas de conhecê-las; são perspectivas de leitura, são construções do próprio conhecimento” (FRANÇA, 2001, p. 5). A especificidade da comunicação, segundo a autora, vem do “olhar”, do “viés” que analisa tais práticas comunicativas. Em outras palavras, o que a distingue de outras disciplinas é “a análise da comunicação na sua natureza comunicativa” (p. 5). Em obra mais recente, França e Simões (2016, p. 26) afirmam: “um objeto de estudo tem uma natureza de representação, é uma ‘construção conceitual’ que nos permite apreender de uma determinada maneira e não de outra os objetos empíricos que nos cercam, os aspectos concretos, tangíveis de nossa realidade”.

Assim, não é a empiria que define a especificidade de um objeto em si, “mas a maneira como será tomado e analisado” (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p. 27). Desse modo, a “maneira” a que se referem as autoras é o ponto de vista⁴ da comunicação, o viés comunicacional, que cria seu objeto, a partir de suas especificidades. Tal viés define-se pela compressão do próprio processo comunicativo que:

[...] compreende vários elementos: *os interlocutores* (a presença correferenciada de um e do outro); *uma materialidade simbólica* (a produção discursiva); *a situação discursiva* (o contexto imediato; sua inserção numa estrutura sócio-histórica particular). A relação que se estabelece entre esses elementos é móvel e diversificada. O objetivo da análise comunicativa é justamente captar o desenho dessas relações; o posicionamento dos sujeitos interlocutores; a criação das formas simbólicas; a dinâmica de produção de sentidos. O que, sem dúvida, é contribuição ímpar para o conhecimento de nossa realidade contemporânea (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p. 28; grifos nossos).

Assim, para França (2001), essa perspectiva busca resgatar a circularidade, a globalidade

⁴Essa discussão, ainda que relativamente recente nos domínios da comunicação, pois também é relativamente recente a constituição desse campo, remete-nos ao estabelecimento da Linguística moderna. Ao fundar essa disciplina, no início do século XX, Saussure postulou que, diferentemente de outros domínios científicos, nos quais o objeto precede o ponto de vista, na Linguística ocorre o contrário, isto é, o ponto de vista vem antes do objeto; ou ainda, este é (re)criação daquele.

e a inter-relação dos elementos de tal processo, articulando, para isso, três dinâmicas: (1) a relação entre interlocutores; (2) a produção de sentido; (3) e o contexto sócio-histórico. Tendo sido explicitado o viés comunicacional, “aí sim podemos retornar e enfatizar os meios de comunicação, a comunicação midiática, enquanto empiria privilegiada dos estudos de comunicação” (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p. 28).

Martino (2012), de forma semelhante, afirma que:

Os processos comunicativos no interior da cultura de massa constituem certamente o objeto da Comunicação, *mas a característica inalienável, e portanto própria a esta disciplina reside na perspectiva que ela adota*, ou seja, na interpretação desses processos tendo como base um quadro teórico dos meios de comunicação (MARTINO, 2012, p. 31, grifos nossos).

Portanto, fica claro que não é a empiria (os meios de comunicação ou o processo comunicativo) que define o objeto de estudos da comunicação, mas um olhar, um viés que é próprio a esse campo de estudos, que articula as referidas três dinâmicas.

Passemos à próxima seção, para observar que lugar teria a semiótica dentro da comunicação, a partir do ponto de vista que é o do campo da comunicação.

3 A semiótica como dinâmica da comunicação

Quando se fala em semiótica, seria possível pensar em algo da ordem do uno, do unívoco, em uma disciplina única: “a” semiótica. Assim como acontece no campo da comunicação, cujas teorias se conjugam no plural, no campo da semiótica não é diferente⁵. Conforme anunciamos no título do artigo, porém, a semiótica aqui tratada, com a qual se estabelece uma relação com o campo da comunicação, é a semiótica da Escola de Paris⁶, que se ocupa dos mecanismos de produção de sentido dos textos e, mais contemporaneamente, das práticas e das situações. Interessa-se, assim, a teoria semiótica de Greimas e de seus colaboradores pela significação, ou seja, “[termo que pode ser parafraseado] quer como ‘produção de sentido’, quer como ‘sentido produzido’ [;] a significação inscreve-se como ‘sentido articulado’ na dicotomia sentido/significação” (GREIMAS; COURTÈS, 2008, p. 459). Desse modo, a semiótica volta sua atenção para os constituintes (expressão/conteúdo) e para a significação apreensível pela união e da relação estabelecida em e entre cada um desses dois planos. Define-se, em suma, como uma teoria da relação dos termos constitutivos do signo e não do signo entendido como unidade atômica.

Outra definição para o objeto da semiótica seria o “parecer do sentido”, como aponta Bertrand (2003, p. 11), o que implica uma total desvinculação de qualquer referente ontológico, do mundo natural: o signo saussuriano ou hjelmsleviano é biplano, formado pela semiose entre conteúdo e expressão, não havendo, dessa forma, um referente externo a essa relação. Guiada pelo princípio da autonomia das organizações semióticas, estabelecido por Saussure e levado às últimas consequências por Hjelmslev e Greimas, a noção de referente, para a semiótica discursiva, é a do referente semiótico, ou seja, o referente produzido no e pelo texto.

Assim, a semiótica se ocupa da descrição dos mecanismos de produção de sentido dos textos, entendidos numa acepção ampla, ou seja, qualquer materialidade (plano da expressão)

⁵Em Mendes (2010), apresentamos as três principais correntes de semiótica do mundo: a norte-americana, baseada na obra do filósofo e lógico Charles Sanders Peirce, a de linha francesa, que tem por maior expoente o Algirdas Julien Greimas, e a semiótica russa ou da cultura, cujo principal nome é Iuri Lotman.

⁶Também conhecida como semiótica de linha francesa, semiótica narrativa e discursiva ou, ainda, greimasiana em homenagem a seu maior expoente, Algirdas Julien Greimas.

que se combine com um conceito (plano do conteúdo). Desse modo, para a teoria semiótica, um bilhete escrito à mão, uma fotografia, uma peça de teatro, uma telenovela ou uma escultura, por exemplo, são textos. A teoria não se interessa, porém, apenas por textos *stricto sensu*, mas também pelas práticas significantes, entre outros níveis de pertinência, como por exemplo, os postulados por Fontanille (2008, p. 19), a saber: (1) signos e figuras; (2) textos-enunciados; (3) objetos e suportes; (4) práticas e cenas; (5) situações e estratégias; e (6) formas de vida.

Desse modo, a semiótica, sendo uma disciplina que se ocupa da descrição dos mecanismos que engendram a significação, estaria, de acordo com o ponto de vista do campo da comunicação, centrada em uma das três dinâmicas constitutivas do viés comunicacional, ou seja, responsável pela análise e descrição da produção de sentido.

Anteriormente, vimos por que a comunicação não se limita apenas ao estudo dos meios de comunicação: o fenômeno comunicativo é muito mais abrangente que a mídia. Dessa forma, os objetos do mundo serão concebidos, recriados, diferentemente, a partir do ponto de vista que os observa. Logo, pela comunicação, pode-se analisar um objeto midiático (um programa de TV) ou um objeto não midiático (uma conversa cotidiana), da mesma forma que outro campo do conhecimento pode se dedicar à análise dos produtos dos meios de comunicação.

A semiótica, desse modo, é uma teoria que analisa os mecanismos de produção da significação em quaisquer textos, inclusive de produtos midiáticos. A contribuição que a semiótica de linha francesa (ou qualquer outra teoria que se debruce sobre o sentido, como as demais semióticas, a análise do discurso, a análise do conteúdo, a análise da conversação etc.) tem a dar consiste na tarefa de descrever os procedimentos de construção de sentido para que o olhar comunicacional articule as três dinâmicas citadas por França (2001), a saber: a relação entre os interlocutores, a produção discursiva e o contexto.

Não foi à toa que falamos de “ponto de vista” ao iniciarmos esta reflexão. Essa tarefa desempenhada pela semiótica (e que, de fato, lhe cabe), ou seja, descrever os mecanismos de produção de sentido, é justamente o ponto de vista da comunicação em relação à semiótica. Qual seria, por outro lado, o ponto de vista da semiótica em relação à comunicação?

4 A comunicação à luz da semiótica

Propomos, agora, um exercício de tomar a comunicação (como processo, atividade, práxis) à luz da semiótica. Para Greimas e Courtés (2008, p. 81-83), as ações humanas são divididas em dois blocos: o eixo da produção, quer dizer, a ação dos homens sobre as coisas, e o eixo da comunicação, isto é, a ação do homem sobre os próprios homens, criadora das relações intersubjetivas e fundadoras da sociedade.

Desse modo, para Greimas, o ato de comunicar é visto como uma manipulação, não num sentido pejorativo, pois trata-se apenas de um *fazer-fazer* e um *fazer-criar*. Assim, quem comunica algo quer fazer com que o outro faça algo ou creia em alguma coisa. Comunicar, antes de qualquer coisa, é pressupor a quem se dirige, intuir qual é o saber, os valores e as crenças do destinatário da comunicação, o que será comunicado, de que maneira etc., para

que, de fato, a comunicação/manipulação seja bem-sucedida ⁷.

Assim, se a comunicação implica algumas pressuposições, expectativas, valores e crenças entre os seus partícipes, ela se materializa pela enunciação, cujo produto é o enunciado. A enunciação define-se como a instância linguística logicamente pressuposta pelo enunciado. Isso quer dizer que, se o enunciado existe, foi pela enunciação que ele ganhou existência, ou seja, se há um dito, é porque houve um dizer que produziu esse dito. A consequência disso é a existência de um *eu* pressuposto (enunciador) e de um *eu* projetado no discurso (narrador). O enunciado pode conter traços e marcas da enunciação, pelos quais é possível reconstruí-la. Quando existem marcas da enunciação no enunciado, trata-se da *enunciação enunciada*. Quando, ao contrário, o enunciado encontra-se despido de tais marcas, principalmente de pessoa, espaço e tempo, trata-se do *enunciado enunciado*.

Na enunciação, um *eu* se dirige a um *tu*. Para Benveniste (2006), *eu* é quem diz *eu*. O *tu* é a pessoa a quem o *eu* se dirige. Para a semiótica, ambos são actantes da enunciação, ambos participam da ação enunciativa. Greimas e Courtés (2008, p. 171) denominam *enunciador* o destinador implícito da enunciação (ou da comunicação) e o *enunciatário* corresponde, por sua vez, ao destinatário implícito da enunciação. Enunciador e enunciatário são, pois, destinatários implícitos que se depreendem do enunciado. Não se trata, dessa forma, de um produtor e de um receptor reais, empíricos. Engana-se, porém, quem pensa que o processo de enunciação (ou de comunicação) caracteriza-se por ser uma via de mão única, pois, como salientam Greimas e Courtés (2008):

Assim compreendido, o enunciatário não é apenas o destinatário da comunicação, mas também sujeito produtor do discurso, por ser a “leitura” um ato de linguagem (ato de significar) da mesma maneira que a produção de discurso propriamente dita. O termo “sujeito da enunciação”, empregado frequentemente como sinônimo de enunciador, cobre de fato as duas posições actanciais de enunciador e enunciatário (p. 171).

Portanto, se ambos são sujeitos da enunciação, tal processo se caracteriza por ser intrinsecamente dialógico.

Segundo Fiorin (2008, p. 81-91), do enunciado depreendem-se duas imagens: o *éthos*, isto é, a imagem do enunciador, e o *páthos*, a imagem que o enunciador faz do enunciatário. O *éthos* se depreende pela enunciação enunciada, ou seja, pelas marcas que a enunciação deixa no enunciado. O *éthos* é, assim, “uma imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito” (FIORIN, 2008, p. 82). Podemos falar, então, do *éthos* de tal jornal, de tal revista, ou seja, de sua imagem (sensacionalista, séria, de esquerda etc.) criada a partir de seus próprios mecanismos intratextuais (tanto aqueles do plano do conteúdo quanto os do plano da expressão). Dessa maneira, independentemente dos sujeitos reais envolvidos no processo de produção de um texto – numa acepção ampla –, o produto final obedecerá a uma instância significativa única. Quer dizer, não importa quem de “carne e osso” ou quantas dessas pessoas foram responsáveis pela produção de um número de uma determinada revista. Aos olhos da semiótica, esse produto será analisado como um todo de sentido, produzido por uma enunciação única e aglutinadora das linguagens que aí se inscrevem.

⁷Nesse sentido, ressaltamos o trabalho de Ignácio Assis Silva (apud MATTE, 2008), cuja tese de doutorado defendida em 1972 trata do processo de comunicação a partir de um ponto de vista semiótico. Na esteira de Jakobson, o autor concebe um esquema de comunicação que tem estatuto de texto. Segundo tal esquema, o processo da comunicação é instável e dinâmico e, por isso, leva em consideração a relação de confiança e dos quadros de valores entre os partícipes.

O *páthos* também é uma imagem inscrita no enunciado, ou melhor, nas marcas da enunciação nele projetadas, deixando-se apreender pelas próprias estruturas do texto. Assim, o *páthos* implica uma pressuposição, uma vez que, quando um *eu* se dirige a um *tu*, ele leva em consideração quem é esse *tu*. Desse modo, por exemplo, o discurso que o enunciador “cientista especialista em microbiologia” endereçaria ao enunciatário “colegas cientistas da mesma especialidade” não é o mesmo que dirigiria ao enunciatário “jornalista encarregado de produzir uma reportagem sobre microbiologia”, dada a diferença entre a imagem de tais enunciatários. Por isso, ao possuir uma imagem (ligada ao *páthos*), o enunciatário não se coloca de forma passiva na instância de produção do discurso; pelo contrário, é coautor desse processo, já que determina as escolhas textuais (verbais e não verbais) do enunciador. O *páthos* é, por essa razão, o estado de espírito do auditório: “[...] é a disposição do sujeito para ser isto ou aquilo. Por conseguinte, bem argumentar implica conhecer o que move ou comove o auditório a que o orador se destina” (FIORIN, 2008, p. 87). Desse modo, a eficácia desse “pacto enunciativo” se deve à adesão do enunciatário ao discurso proposto pelo enunciador.

Como vimos, a comunicação como sinônimo de manipulação visa a um *fazer-criar* e/ou a um *fazer-fazer*; visa a estabelecer um acordo entre enunciador e enunciatário, chamado de contrato fiduciário. A comunicação, assim, só se estabelece a partir desse pacto, que implica a crença de um enunciatário em relação a um enunciador. Por meio da enunciação enunciada ou, mais amplamente, por meio do texto, entendido aqui como a semiose entre plano do conteúdo e plano da expressão, depreendem-se os destinadores e destinatários implícitos do ato comunicativo/enunciativo. Portanto, inscrevem-se no texto, além de seu próprio sentido imanente, simulacros de produtores e receptores desse texto.

Porém, se voltarmos às três dinâmicas que, articuladas, compõem o viés comunicacional, segundo França (2001): (1) relação dos interlocutores, (2) produção de sentido e (3) contexto, resta ainda uma questão a tratar: o contexto. Por muito tempo, a semiótica guiou-se pelo *slogan* proposto por Greimas (1974, p. 25), “fora do texto, não há salvação”⁸. Essa postura, de caráter estrutural e imanente⁹, pretendia excluir o que era exterior ao texto, isto é, aquilo que o transcendia, pela impossibilidade de se trabalhar com um objeto não delimitado, perpassado por inúmeras variáveis de caráter social, histórico, cultural, biológico etc. Para Greimas, só a atitude imanente, pilar fundamental da disciplina, seria capaz de dar conta da

⁸Para Landowski (2017), a famosa máxima greimasiana foi proferida numa situação muito específica e, posteriormente, convertida, de forma equivocada, em um verdadeiro dogma. Como mostra o autor: “Ao pronunciar sua advertência, Greimas queria incitar os membros de um grupo de especialistas brasileiros da literatura, a quem ele estava se dirigindo, a ser lógicos consigo mesmos, a trabalhar sobre as obras ao invés de especular sobre os parâmetros biográficos, afetivos e outros, que puderam intervir na sua gênese. Mas fez-se logo de suas palavras um decreto indiscutível, um verdadeiro *ucasse* que traçaria para sempre a fronteira entre o discurso verbal, de preferência escrito, que se começou então a considerar como o território próprio do semioticista (embora ele se tornaria sua prisão), e, tudo ao redor – imenso continente supostamente decretado proibido – o “contexto”, ou seja, nada menos que a sociedade, a história, o real, a vida! Isso era confundir *objeto empírico* e *objeto de conhecimento*, pois, se os textos interessavam evidentemente aos semioticistas como a todo o mundo, nosso objeto próprio de conhecimento não é o texto: é o *sentido*” (LANDOWSKI, 2017, p. 170-171; grifos do autor).

⁹Entenda-se imanência – como mostra Bevidas (2008) – pelo menos em duas acepções. Em primeiro lugar, uma imanência que se opõe a uma transcendência, ou seja, imanência no sentido hjelmsleviano, que procurou estabelecer, a partir de Saussure, uma linguística-linguística, uma ciência que pudesse analisar a língua a partir de suas próprias categorias (e não categorias transcendentais à língua, provenientes da sociologia, da psicologia etc.). A segunda acepção de imanência se opõe à manifestação, num processo em que as estruturas imanentes, potenciais, da língua só se realizam pela manifestação. A atitude imanente da semiótica privilegiou o texto em detrimento do contexto.

descrição dos mecanismos de produção de sentido internos aos textos.

A visão, porém, de que a semiótica tenha limado o contexto e trabalhado única e exclusivamente com o texto não é procedente¹⁰, principalmente nos desdobramentos atuais da disciplina. O conceito de enunciação é uma das possibilidades pelas quais se pode romper o muro que se considerava intransponível entre texto e contexto. Vejamos como tal proposta pode ser viabilizada.

Além do conceito de *enunciação enunciada*, Greimas e Courtés falam também de uma *enunciação propriamente dita* (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 168), diferente da enunciação enunciada, pois esta seria um simulacro que imita aquela. Segundo Fecchine (2008, p. 54), a enunciação enunciada é mais “semioticamente reconhecível”, devido à possibilidade inquestionável de circunscrevê-la à análise, atitude de natureza imanente, própria à disciplina. Para a autora, porém, enfrentar, pelo escopo da semiótica, o que vem a ser essa “enunciação propriamente dita” parece ainda colocar-se como um problema, principalmente, quando se trata dos

textos que só existem como tal no ato efêmero e irrepetível no qual têm lugar; textos nos quais o que importa é o presente mesmo da sua própria enunciação; enunciados que se manifestam como e por meio de um ato de enunciação efetuado *em situação* (FECHINE, 2008, p. 54, grifos da autora).

Para Fecchine (2008, p. 17), no caso da enunciação propriamente dita ou do *texto em ato*, tidos aí como sinônimos, “a distinção entre texto e contexto perde a pertinência, porque o que se tenta semiotizar agora são as próprias situações nas quais determinadas formas se definem como significantes”. Essa investida semiótica na seara do contexto, dos *textos em ato*, poderia, à primeira vista, parecer uma incoerência teórica, ou seja, passar por cima de suas bases imanentes, bases essas que possibilitaram a criação de uma disciplina sólida e coesa. Vejamos por que nada disso ocorre.

Zinna (2008) chama de *práxis enunciativa* o que Greimas (2008) chama de *enunciação propriamente dita* e que Fecchine (2008) denomina *texto em ato*. A *práxis enunciativa*, para esse autor, procura levar em consideração aspectos de ordem pragmática relacionados ao ato mesmo da enunciação, no momento em que se produz, em relação à posição que ocupa o corpo próprio no campo perceptivo. No que se refere à oposição imanência *versus* manifestação, a *práxis enunciativa*, diferente da *enunciação enunciada*, é a passagem da imanência à manifestação.

Assim, a *práxis enunciativa* implica incorporar o imprevisto à imanência, de modo a reprogramar a ação significativa em diversos níveis de profundidade, em função de tais mudanças. Para Zinna (2008, p. 21), a *práxis enunciativa* e a *enunciação enunciada* são dois modos de desenvolvimento do discurso. Segundo o autor, trata-se de duas teorias da enunciação que não necessariamente concorrem entre si. No caso da *enunciação enunciada*, há uma programação preventiva dos valores, da finalidade da ação, da hierarquização das

¹⁰O que fez a disciplina foi privilegiar o texto e abordar o contexto, quando for o caso, a partir do texto, isto é, a partir de seus próprios métodos. Veja-se, por exemplo a proposta de Barros (2009), que, no âmbito da semiótica *standard*, propõe que para abordar que é *exterior* ao texto/ao discurso, isto é, para estabelecer uma relação entre texto e contexto, a semiótica atua metodologicamente de três formas: (1^a) pela análise de percursos temáticos e figurativos “que revelam, de alguma forma, as determinações histórico-sociais inconscientes” (p. 352); (2^a) pelas relações intertextuais e interdiscursivas que o texto em análise estabelece com outros textos; (3^a) pelas relações entre a semiótica da língua e a semiótica do mundo natural (ou outros sistemas de significação).

ações e do investimento delas no discurso. O regime da práxis enunciativa é o da improvisação e capacidade de adaptação às mudanças no contexto, aos imprevistos. Assim, segundo esse autor, se a ação em resposta ao imprevisto se efetua, é porque a reprogramação enunciativa é a resposta imanente à imprevisibilidade dos eventos em situação.

Outra possibilidade teórica de pensar a integração entre texto e contexto são os níveis de pertinência aqui já mencionados, postulados por Fontanille (2008). Desse modo, para o autor: “o slogan greimasiano deveria ser hoje reformulado: ‘fora das semióticas-objeto não há salvação!’, cabendo a nós definir o que são essas ‘semióticas-objeto’” (FONTANILLE, 2008, p. 19), isto é, será o analista que definirá o que é o texto e o que é o contexto pertinente à constituição da semiótica-objeto em questão.

Portanto, ao fazer os primeiros esforços para trazer a enunciação propriamente dita para o âmbito da disciplina, a semiótica passa a interessar-se também pela *situação*, que funde texto e contexto, por esse momento irreproduzível carregado de sentido. Desse modo, à luz da semiótica, o texto (entendido num sentido *stricto* ou *lato*), cujo sentido é o objeto de todas as suas investigações, congrega, sob a forma de um simulacro, todas as três dinâmicas do processo comunicativo que, articuladas, constituem o viés comunicacional, a saber: (1) a produção de sentido; (2) os partícipes do processo comunicativo (enunciador e enunciatário); (3) e, finalmente, a situação, que funde as noções de texto e contexto ¹¹.

5 Dos textos às situações: comunicação, semiótica e interação

A noção de *texto em ato* (FECHINE, 2008) a que fizemos referência há pouco, a partir da qual se tornam fluidas e porosas as fronteiras entre texto e contexto, indica a constituição de uma semiótica das experiências sensíveis, de uma semiótica das situações e das práticas, em suma, de uma sociosemiótica ¹², que entende que o sentido emerge da interação e que a interação se estrutura na e pela linguagem. Assim, a última parte deste artigo, mais extensa que as demais, pretende atualizar o diálogo estabelecido entre comunicação e semiótica, empreendido em Mendes (2010), mantendo, conforme anunciamos, a aproximação entre os dois campos, a partir dos conceitos de *linguagem* e *texto*, realizada nas seções anteriores, mas, agora, intentando aproximar os dois campos em torno do conceito de *interação*. Abordaremos, primeiramente, a noção de interação à luz do campo da comunicação, para, em seguida, fazê-lo considerando-se a perspectiva da semiótica e, finalmente, empreender um diálogo entre esses dois campos em torno do conceito de *interação*.

Pela perspectiva do campo comunicacional, de acordo com França (2008, p. 71), a noção de *interação* “nos últimos tempos [...], aparece como forma mais adequada de nomear o processo comunicativo”, suplantando a concepção de comunicação como transmissão de mensagens entre um emissor e um receptor. França (2017) assim define o conceito de *interação*:

Interação é a “ação entre”, ação compartilhada. Só existe mundo humano porque interagimos - agimos juntos. Toda ação conjunta supõe mais que um fazer; supõe uma coordenação de

¹¹Ao afirmarmos que semiótica consegue depreender do texto todos os elementos do processo comunicativo, não significa que ela necessariamente os articulará, sendo essa a tarefa precípua do campo da comunicação. O “ponto de vista” semiótico é justamente semiotizar tais elementos.

¹²Fazemos referência aqui sobretudo aos trabalhos de Eric Landowski.

movimentos. Portanto, a interação aciona uma dupla consciência: consciência de si, consciência do outro. Assim, o conceito se funda em dois eixos: ação conjunta; dupla consciência (FRANÇA, 2017, p. 29).

A autora salienta que não se trata de pensar em “interação E comunicação, mas de [pensar em] *interações comunicativas*” (FRANÇA, 2017, p. 30, grifos nossos). Para França (2017, p. 30), “podemos dizer que uma interação comunicativa é um tipo especial de interação ou, em outras palavras, que o ‘comunicativa’ qualifica a natureza da interação. Trata-se de uma ação levada a dois, onde a relação entre os parceiros é mediada pela linguagem”.

Tal concepção de interação tem suas bases na obra do norte-americano G. H. Mead¹³. A comunicação, de acordo com a corrente pragmatista, estabelece uma relação entre os gestos significantes (a linguagem) e os atos sociais, de modo que um afeta reciprocamente o outro. Nesse sentido, a comunicação – entendida como processo interacional – “é o princípio fundamental na organização social” (MEAD apud FRANÇA, 2008, p. 82).

Pela perspectiva interacional de Mead, uma análise comunicacional deve ser “situacionista”, isto é, pensar todos os elementos do processo comunicativo “em articulação mútua e recíproca” (FRANÇA, 2008, p. 86), articulação essa que constitui o viés comunicacional do qual já tratamos na seção 2. Assim, o conceito mesmo de *interação* se encontra nos substratos da constituição da perspectiva comunicacional, a qual, por sua vez, define o objeto da comunicação, graças a cuja definição delimita-se esse campo de estudos. Nesse sentido,

A contribuição de Mead nos ajuda a pensar a natureza mesma da comunicação – que é um todo composto de partes articuladas: constitui-se de uma ação situada; compõe-se de gestos significantes, ou seja, da presença da linguagem. A comunicação é, sobretudo, uma interação marcada pela reflexividade – em que cada parte atua sobre a outra, e onde passado e futuro são acionados pela ação no presente. A comunicação é da ordem prática: é uma prática reflexiva (que orienta a si mesma), o que nos situa no terreno do pragmatismo, ou de uma praxiologia da comunicação (FRANÇA, 2008, p. 89-90)¹⁴.

Para Mead (apud FRANÇA, 2008), nem toda interação é comunicativa. Interações comunicativas são aquelas que se baseiam em gestos significantes, isto é, aquela interação ancorada na linguagem. França (2008) toma como exemplo um jogo de futebol de uma copa do mundo, o qual é composto de (1) interações não comunicativas; e (2) interações comunicativas, conforme descreve a seguir:

Podemos ver aí interações de várias naturezas. [1] O futebol é um jogo regulamentado, uma interação complexa onde cada jogador deve ajustar sua própria conduta à conduta dos outros e às regras do jogo. Em si mesmo, enquanto prática esportiva, um jogo é uma interação – mas não necessariamente uma interação comunicativa. [...] Não obstante, [2] o futebol é permanentemente

¹³George Herbert Mead, considerado o pai do Interacionismo Simbólico, G. H. Mead foi um filósofo, psicólogo e pragmatista social.

¹⁴Ao darmos enfoque à perspectiva interacional e praxiológica adotada por França (2008, 2017), a qual, por sua vez, dialoga com o pragmatismo norte-americano, não desconsideramos outras vertentes dentro do campo da comunicação a conceber o processo comunicacional em termos interacionais, haja vista o livro de 2008 da COMPÓS (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), que se intitula justamente *Comunicação e Interações* (PRIMO et al., 2008). A escolha pela referida perspectiva nos pareceu oportuna por dois motivos: (1) primeiro, porque dialoga diretamente com a concepção do viés comunicacional tratado na seção 2 deste artigo, sobretudo em França (2001) e França e Simões (2016); (2) segundo, porque a compreensão de comunicação como interação e não apenas como transmissão de mensagens encampa todas as vertentes dentro do campo da comunicação a tratar da temática da interação.

atravessado por interações comunicativas: cada jogo, cada situação vivida no campo e em torno dos jogos se vê desdobrada e cercada de comunicações de todo tipo. Existem interações comunicativas diretas estabelecidas entre os jogadores, o técnico, o juiz etc., e existem as interações midiaticizadas, que tomam forma na rede que se estabelece entre os profissionais do esporte (jogadores, técnicos etc.), profissionais da comunicação (repórteres, câmeras, comentaristas, agentes publicitários etc.) e o grande público que se constrói em torno da copa (FRANÇA, 2008, p. 87).

Assim, podemos constatar que o campo da comunicação, de forma específica sua vertente praxiológica, volta-se para o estudo das interações comunicativas e, nesse caso, considerando o exemplo dado pela autora, não seria objeto desse campo de estudos as interações ditas não comunicativas. Essas seriam, no caso do exemplo dado, a prática do jogo em si, a relação física, corpórea, sensível dos e entre os jogadores, as visadas estratégicas, a própria “gramática” do esporte que define a (im)possibilidade e/ou (ir)regularidade de uma jogada, um chute, um avanço com mais ou menos velocidade, o impacto entre jogador e bola, entre jogador e jogador, em suma, para o sentido que emana dessas interações ditas não comunicativas.

Aos olhos da semiótica, especificamente a sociosemiótica de Eric Landowski, entretanto, é a partir das interações – comunicativas ou não – que se constrói o sentido. Talvez a diferença entre tais campos seja a própria concepção de linguagem, sendo tal concepção mais ampla para o campo da semiótica, para cuja teoria todos os elementos listados no exemplo, como sendo interações não comunicativas, constituem interações, que só o são porque se ancoram na linguagem e se realizam graças a ela. Assim, as regras do jogo, a interação sensível, a interação estratégica entre os jogadores etc. constituem uma “gramática”, isto é, fazem parte de uma sintaxe geral da interação, a partir de cujas regras programáticas, ajustamentos sensíveis, estratégias e eventos imprevistos se desenvolve a partida. Nesse sentido, cada campo do saber – comunicação e semiótica – possui sua especificidade, “cada [um] enxerga epistemologicamente e questiona [seus respectivos objetos] com perspectivas e ferramentas [que, naturalmente, são] diferentes” (LANDOWSKI, 2008, p. 43).

Tendo sido feita essa distinção de perspectiva entre os dois campos, cabe agora definir *interação* à luz da semiótica. O *Dicionário II de semiótica*, a partir da semiótica *standard*, assim o conceitua:

Definimos [...] a interação como o intercâmbio regido pela modalidade factitiva (fazer estar-ser, fazer-fazer), entre dois sujeitos dotados cada um de um percurso narrativo próprio. Dado que a factitividade compreende a manipulação da carga modal entre dois sujeitos, toda interação deve ser interpretada como uma sucessão de equilíbrios modais, de busca de um reequilíbrio modal e do retorno ao equilíbrio dos sujeitos que dela participam. Dito de outro modo, *a interação frente a frente é a transformação mútua e sucessiva* (insistimos sobre a forma dinâmica da interação) *da competência modal e cognoscitiva dos sujeitos postos um em presença do outro* (LATELLA apud GREIMAS; COURTÉS, 1986, p. 116, grifos nossos, tradução nossa).

Essa concepção de interação baseia-se, sobretudo, na competência modal (e não estética) dos sujeitos postos em copresença. Atualmente, a sociosemiótica compreende o conceito de *interação* como pressuposto a toda e qualquer produção de sentido, isto é, o sentido nasce da interação. Assim, notamos que tal conceito, antes de importância secundária na semiótica *standard*¹⁵, torna-se fulcral em sociosemiótica. Em uma nota preliminar de recente número do periódico *Actes Sémiotiques*, dedicado à temática da materialidade, interação e espacialidade, Landowski afirma ser *interação* “um processo ao mesmo tempo

¹⁵Tanto que no primeiro *Dicionário de semiótica*, de Greimas e Courtés ([1979] 2008) não consta o verbete *interação*.

pragmático, cognitivo e patêmico, de confrontação entre um ‘eu’ e um ‘outro’, entre um alguém e alguma coisa” (2018, p. 2, tradução nossa). O sentido, pois, emana dessa confrontação.

Podemos dizer que a centralidade do conceito de interação para a sociossemiótica se deveu à emergência da noção de *presença* nos estudos semióticos. Para Landowski (2017), a teoria encara de duas maneiras o conceito de presença. A semiótica *standard* a concebe como decorrente

[. . .] do simples fato de que o mundo está lá, “presente” – e nós também, com certeza. É nossa existência mesma: estamos nesse mundo, “no mundo”. O mundo é o objeto. Somos os sujeitos. Enquanto tais, olhamos ao redor de nós e vemos a superfície legível desse mundo objeto que, no olhar dos homens, se articula, dizia Greimas, “pequenos espetáculos” [isto é] ler [o mundo] enquanto articulado na forma de unidades discretas que “têm” significação (LANDOWSKI, 2017, p. 195).

A segunda forma de considerar o conceito de *presença* – como o faz a sociossemiótica – refere-se a *sentir* o mundo,

[apreendê-lo] como um *continuum* percorrido de intensidades diversas e modulado segundo qualidades sensíveis variadas que “fazem sentido”. Segundo essa ótica, ademais de “estar no mundo”, constatação em si mesma um tanto trivial, diríamos, se fosse permitido, que passamos a estar-ao-mundo. Não se diz em bom português. Na fraseologia da semiótica *standard* também não. Nem em bom francês. – Até quando Merleau-Ponty adotou a expressão. Precisamos adotá-la também enquanto metatermo semiótico se quisermos falar melhor do modo como, alguém da leitura de um mundo objeto posto a distância, a presença imediatamente do “outro” ao redor de nós – quer se trate de nosso alter ego ou de qualquer elemento do mundo natural “faz sentido” (LANDOWSKI, 2017, p. 195-196).

Portanto, é a presença que implica a nossa relação com o mundo e com o outro. É a presença que instaura a interação entre um “eu” e um “outro”, ou, em outras palavras, a interação decorre da copresença entre actantes. Assim, *presença*, *interação* e *sentido* são termos indissociáveis pela perspectiva da sociossemiótica, a partir dos quais se cria um espaço-tempo único e irrepitível que é a *situação*.

A situação – ou, ainda, o contexto –, para a sociossemiótica, não está fora do texto. Para Landowski (2017, p. 171), não se deve fazer abstração da situação, mas, ao contrário, incluí-la no texto, na semiótica-objeto em análise, sendo essa situação “aquilo que faz parte do campo de pertinência necessário à constituição enquanto *objeto de sentido*”. Para o autor,

apenas essa perspectiva permite analisar configurações significantes complexas e moventes cujo sentido emerge “em ato” e “em situação”, como é o caso em qualquer cena da vida cotidiana [como, por exemplo,] uma sessão de seminário, [...] um passeio dominical, [...] uma greve, ou até mesmo [...] uma guerra da qual não se vê o fim. (LANDOWSKI, 2017, p. 171).

Portanto, como anuncia o título desta seção, passa-se de uma *semiótica do texto* a uma *semiótica das situações*. Assim, se a presença é o que possibilita a interação, a interação produz, por assim dizer, a *situação*, o próprio *texto em ato*. Para dar conta de explicar o sentido que se produz na e pela interação, Landowski¹⁶ concebeu uma sintaxe geral da interação, ou seja, um modelo teórico abrangente capaz de explicar os mecanismos de produção de sentido de todas as formas de interação, comunicativas ou não. Tal sintaxe geral compõe-se

¹⁶Especialmente em Landowski (2014), obra em que o semioticista apresenta de forma sedimentada resultados de décadas de pesquisa em sociossemiótica acerca da temática da interação.

de quatro regimes de interação e sentido (LANDOWSKI, 2014): *programação*, *manipulação*, *ajustamento* e *acidente*. Começamos pelos dois primeiros, situados à esquerda da elipse (ver Figura 1).

Na *programação*, o princípio que define tal regime é o da *regularidade*. Nesse caso, trata-se da ação do sujeito sobre as coisas do mundo: ligar ou desligar um aparelho, abrir ou fechar uma janela. Tal regime é articulado em termos de interobjetividade e de exterioridade. Para o autor, esse regime traduz uma forma de apreensão do mundo marcada pelo determinismo, em função dos algoritmos de comportamento regular dos atores (humanos ou não). Em termos modais, o regime da *programação* corresponde a um *fazer-advir*.

O regime da *manipulação*, por sua vez, é regido pelo princípio da *intencionalidade*. Como afirma Landowski (2014, p. 22), “*manipular* é sempre imiscuir-se em certo grau na vida interior de outrem (tipicamente por meio da persuasão) nos motivos que o outro sujeito possa ter para atuar num sentido determinado”. Nesse regime, o que define o sujeito da *manipulação* é a competência modal, ou seja, é, antes de mais nada, a modalização pelo *querer* que fará dele um sujeito. Em termos modais, a *manipulação* corresponde a um *fazer-querer*. *Programação* e *manipulação* são regimes de interação que comportam menor risco e, portanto, com menor potencial de produção de sentido. Do ponto de vista do risco, é a *segurança* que caracteriza o regime da *programação*, e o *risco limitado* que caracteriza a *manipulação*. A lógica subjacente à *manipulação* é a da *junção*, uma vez que está em jogo a circulação de valores, seja por *conjunção*, seja por *disjunção*.

À direita da elipse (ver Figura 1), encontram-se os regimes do *acidente* e do *ajustamento*, marcados pela sensibilidade, pelo risco e pela maior propensão à produção de sentido. As interações, no caso do *ajustamento*, não dependem de leis preestabelecidas e objetiváveis: “é [...] na interação mesma, em função do que cada um dos participantes encontra e, mais precisamente, *sente* na maneira de agir de seu parceiro, ou de seu adversário, que os princípios da interação emergem pouco a pouco” (LANDOWSKI, 2014, p. 48). No regime do *ajustamento*, o que define o sujeito é a competência *estésica*, ou seja, o sentir. Assim, se à *manipulação* subjaz a lógica da *junção*, o *ajustamento* é subsumido pela lógica da *união*. Desse modo, em termos modais, o *ajustamento* se define como um *fazer-sentir*; é governado pelo princípio da *sensibilidade* e, do ponto de vista do risco, caracteriza-se pela *insegurança*.

Para completar o construto interacional concebido por Landowski (2014), cumpre tratar, por fim, do regime do *acidente*. Tal regime de interação é aquele que comporta o maior grau de risco, o *risco puro*, e se baseia no princípio da *aleatoriedade*. Modalmente, corresponde a um *fazer-sobrevir*. A Figura 1, em forma de elipse, ilustra as posições de cada regime de interação e sentido.

A Figura 1 demonstra como se dá a passagem de um regime a outro, ou seja, a recursividade entre eles. Assim, a partir dessa sintaxe geral da interação, o modelo de Landowski procura dar conta das “relações flutuantes, de ‘fluxos’ e de interações contingentes (e, provavelmente, até mesmo aleatórias)” (LANDOWSKI, 2008, p. 60). Para o autor, somente uma

[...] modelização articulada, ao mesmo tempo de modo extremamente rigoroso (mediante a interdefinição dos elementos em jogo) e o bastante flexível, aberto, abrangente – numa palavra, potente – para permitir-nos analisar um espaço social e midiático dentro do qual distintos [...] regimes de interação (e de sentido) não somente coexistem, mas também, e sobretudo, longe de se excluir mutuamente, interagem, eles mesmos, uns com os outros (LANDOWSKI, 2008, p. 60).

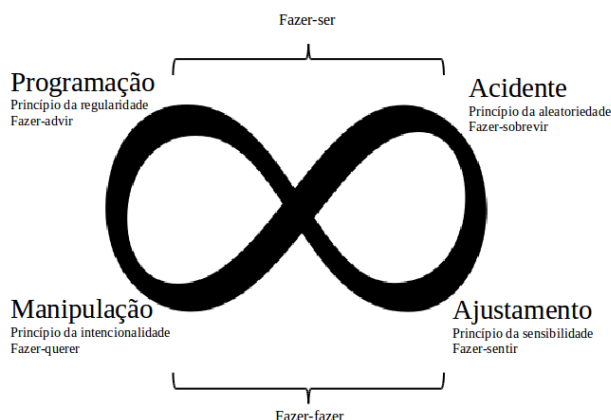


Figura 1: Regimes de interação e sentido. Fonte: Adaptado de Landowski (2014, p. 80).

Enquanto modelo cujos termos funcionam em relação, mostra o autor que “está previsível que nunca encontraremos, no plano empírico, casos que correspondem estritamente – pura e exclusivamente – a uma dessas definições [tipos de regime de interação] e nada à outra (LANDOWSKI, 2008, p. 61). O autor mostra, por exemplo, que, apesar de a manipulação se pautar pelo princípio da *intencionalidade*, nada impede que haja manipulações “de índole *patêmica*, calculadas em termos afetivos com vista a atuar sobre o ‘ser’, os ‘estados de alma’, os ‘afetos’ do outro” (LANDOWSKI, 2008, p. 61), manipulações essas muito frequentes, aliás. Assim, esses quatro regimes de interação “constituem, mais que uma taxionomia, uma sintaxe geral da interação, uma rede de configurações conectadas” (LANDOWSKI, 2008, p. 67). Tal sintaxe funciona como uma lente para dar conta dos processos interacionais midiáticos ou não, das interações ditas comunicativas ou não.

Portanto, para retomar a relação entre comunicação e semiótica em torno do conceito de *interação*, concordamos com Landowski (2008, p. 68) que ambos os campos do saber se interrogam e buscam desenvolver ferramentas e conceitos, modelos interpretativos que permitam, ainda que tentativamente, dar conta da *complexidade* que caracteriza os processos comunicacionais e/ou interacionais.

6 Considerações finais

No presente artigo, procuramos articular os campos da comunicação e da semiótica discursiva em torno dos conceitos de *linguagem*, *texto* e *interação*.

No que diz respeito à *linguagem*, intentamos demonstrar que a linguagem tem a função de categorizar o real, ou seja, as coisas do mundo, e o pensamento, além de ser condição *sine qua non* da comunicação/interação: a comunicação pressupõe a linguagem. Portanto, se o campo da semiótica se volta para o estudo do sentido de todas as formas de linguagens (semióticas-objeto); e se o campo da comunicação – pelo fato de o processo comunicativo se estruturar em linguagem – passa necessariamente pela compressão da produção simbólica, podemos afirmar que é a questão da linguagem o principal cruzamento entre esses dois campos.

No que concerne ao conceito de *texto* – entendido em sentido *stricto* ou *lato* –, cujo sentido é o objeto de todas as investigações da semiótica, ao semiotizar a comunicação (como processo, atividade, práxis), vimos que o texto congrega, em termos de imanência, sob a forma de um

simulacro, todas as três dinâmicas do processo comunicativo que, articuladas, constituem o viés comunicacional, a saber: (1) a produção de sentido; (2) os partícipes pressupostos do processo comunicativo (enunciador e enunciatário); (3) e, finalmente, a situação, que funde as noções de texto e contexto.

Quanto ao conceito de *interação*, pudemos constatar que os estudos contemporâneos em comunicação compreendem o processo comunicativo a partir de uma concepção interacional e que a especificidade do campo consiste em pensar todos os elementos desse processo articulados de forma mútua e recíproca, cabendo à comunicação o estudo e a compreensão das interações comunicativas. No caso da semiótica, cujos desdobramentos atuais, sobretudo a sociossemiótica de Eric Landowski, tomam a *interação* como conceito fundamental, ocorre uma mudança em termos de nível de pertinência, em relação à semiótica *standard*, passando-se de uma semiótica dos textos a uma semiótica das situações ou, em outras palavras, de uma semiotização da nossa relação com o outro e com o mundo. Com isso, não se trata de substituir a semiótica anterior; trata-se, antes, de complementá-la. Conforme a metáfora utilizada por Landowski (2008, p. 51), a semiótica, assim como a lua, possui duas faces: em complemento à primeira face (a semiótica *standard*), a segunda face (a sociossemiótica) se propõe “a abordar *sensivelmente* o ‘inteligível’, ou – o que dá no mesmo – [...] dar conta, semioticamente, da *inteligibilidade* do ‘sensível’” (LANDOWSKI, 2008, p. 52, grifos do autor). Por essa razão, o estudo das interações, em semiótica, diferentemente do campo da comunicação, leva em conta todo e qualquer tipo de interação, cujos princípios de *regularidade*, *intencionalidade*, *sensibilidade* e *aleatoriedade* norteiam os regimes de interação e sentido postulados por Landowski (2014), respectivamente: *programação*, *manipulação*, *ajustamento* e *acidente*. Tais regimes de interação e sentido, como vimos, compõem uma sintaxe geral da interação, isto é, são regimes que se articulam uns em relação aos outros, compondo uma rede de configurações interconectadas. Finalmente, vimos que os estudos comunicacionais e os estudos semióticos, ao darem enfoque, na atualidade, ao conceito de *interação*, procuram, cada qual à sua maneira e com suas respectivas especificidades, dar conta da *complexidade* intrínseca aos processos comunicacionais e/ou interacionais. ●

Referências

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Uma reflexão semiótica sobre a “exterioridade” discursiva. *Revista Alfa*. n. 53, v. 2, 2009. p. 351-364.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.
- BEVIDAS, Waldir. Reflexões sobre o conceito de imanência em semiótica. Por uma epistemologia discursiva. *CASA. Cadernos de Semiótica Aplicada*, v. 6, p. 1-13, 2008.
- BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Tradução Ivã Carlos Lopes et al. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- FECHINE, Y. *Televisão e presença: uma abordagem da transmissão direta*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.
- FIORIN, José Luiz. Semiótica e comunicação. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J C. (Org.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: Ed. da UNESP/FAAC, 2008.
- FONTANILLE, Jacques. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva; PORTELA, Jean Cristtus (Org.). *Semiótica e mídia*:

- textos, práticas, estratégias. Bauru: UNESP/FAAC, 2008.
- FRANÇA, V. V. As interações em diferentes mídias. In: NOGUEIRA, A et al. *Anais do 2º CONEC: Interação e Mídiação. Congresso Nacional de Estudos Comunicacionais: PUC Minas Poços de Caldas* [30 e 31 de outubro / 2017]. E-book. Cervantes Propaganda e Marketing Design Produto e Visual LTDA – EPP: Poços de Caldas, MG, 2017. p. 29-33.
- FRANÇA, V. V.; SIMÕES, P. *Curso básico de teorias da comunicação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FRANÇA, V. V. Interações comunicativas: a matriz conceitual de G. H. Mead. In: PRIMO, A et al. *Comunicação e Interações - Livro da COMPÓS 2008*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71-91.
- FRANÇA, V. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? *Ciberlegenda*, Niterói: UFF, v. 5, 2001.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÈS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GREIMAS, Algirdas Julien, COURTÈS, Joseph. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, vol.II, 1986.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural: pesquisa de método*. Tradução Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. 2. ed. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 11-74.
- GREIMAS, Algirdas Julien. L'Énonciation: une posture épistémologique. In: *Significação - Revista Brasileira de Semiótica*, nº 1, Centro de Estudos Semióticos A. J. Greimas: Ribeirão Preto (SP), 1974, p. 09-25.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- MARTINO, L. C. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 27-38.
- LANDOWSKI, Eric. Note préliminaire. Eléments pour une sémiotique des objets (matérialité, interaction, spatialité), *Actes Sémiotiques* [En ligne]. 2018, nº 121.
- LANDOWSKI, Eric. *Com Greimas: interações semióticas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2017.
- LANDOWSKI, Eric. *Interações arriscadas*. Tradução Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.
- LANDOWSKI, Eric. Da interação, entre Comunicação e Semiótica. In: PRIMO, A et al. *Comunicação e Interações - Livro da COMPÓS 2008*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 43-70.
- LANDOWSKI, Eric. *Passions sans nom*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.
- MATTE, A. C. F. O processo semiótico se comunicação: sobre o esquema de Inácio Assis Silva. *CASA. Cadernos de Semiótica Aplicada*, v. 6, p. 1-12, 2008.
- PRIMO, A et al. *Comunicação e Interações - Livro da COMPÓS 2008*. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- ZINNA, Alessandro. A primazia da imanência na semiótica estrutural. In: *Anais do Congresso Incidentes e explosões. A. J. Greimas e I. Lotman. Para uma semiótica das culturas*. Tradução Carolina Tomasi. Veneza, IUAV, 6-7 maio 2008.

Dados para indexação em língua estrangeira

Mendes, Conrado Moreira

Discursive semiotics and communication: questions about language,
text and interaction

Estudos Semióticos, vol. 14, n. 3 (2018)

ISSN 1980-4016

Abstract: *This paper aims to articulate the fields of discursive semiotics (French semiotics) and communication around the concepts of language, and interaction. For this, in the first place, it's approached the role of the language as the central point of intersection between these two areas. Subsequently, it's considered the constitution of the communication bias, thanks to which the object of this field is constructed, and then it's situated the role of semiotics as a communication dynamics, under the perspective of the latter. Successively, this logic is reversed, and a semiotized notion of communication (as a process, praxis) is conceived, according to which the text is much more than an object from which the meaning is extracted; from the text, beyond the signification stricto sensu, it is elicited the simulacrum of all the elements of the communicative process. Finally, the relationship between communication and semiotics is addressed, from the concept of interaction, considering the specificity of how each field understands this concept, to then present the four regimes of meaning and interaction conceived by Eric Landowski's sociosemiotics: programming, manipulation, adjustment, and accident, which constitute a general syntax of interaction.*

Keywords: *French semiotics; Communication; Language; Text; Interaction.*

Como citar este artigo

Mendes, Conrado Moreira. Semiótica discursiva e comunicação: questões sobre linguagem, texto e interação. *Estudos Semióticos*. [online] Disponível em: (www.revistas.usp.br/esse). Editores Responsáveis: Ivã Carlos Lopes, José Américo Bezerra Saraiva e Eliane Soares de Lima. Volume 14, Número 3, São Paulo, dezembro de 2018, p. 16-32. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento do artigo: 09/08/2018

Data de sua aprovação: 25/10/2018
